

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.295.606 - SP (2018/0117334-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : K DE L D
ADVOGADOS : MÁRIO AGUIAR PEREIRA FILHO - SP032877
CÉLIA CRISTINA MARTINHO - SP140553
AGRAVADO : G T
ADVOGADO : CLEONICE FARIAS DE MOURA - SP204685
INTERES. : L D T

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA. EMPRÉSTIMO EM BENEFÍCIO DE APENAS UM CÔNJUGE. PROVAS QUE NÃO FORAM CAPAZES DE PROVAR A ALEGAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por K DE L D em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

DIVÓRCIO LITIGIOSO. Insurgência das partes contra a partilha de dívida. Apelação da autora e recurso adesivo do réu. Empréstimo contraído quando o casal ainda coabitava. Ausência de comprovação do aproveitamento exclusivo de um dos cônjuges. Inteligência ao art.1663, § 1º, do CPC. Sentença mantida. Recursos não providos. (e-STJ, fl. 434)

No recurso especial, a parte recorrente alega violação aos artigos 1.687, 1.643, 1.644, do CC/02; ao artigo 333, do CPC/73; e ao artigo 1.022, do CPC/15, sustentando ter havido cerceamento do direito de produção de provas relativo a um empréstimo, o qual a agravante afirma ter sido destinado a interesse particular do agravado, e não da família, motivo pelo qual o

Superior Tribunal de Justiça

pagamento deveria ser de sua responsabilidade.

Assevera ter pugnado pela produção de provas consistentes na requisição de informações ao estabelecimento bancário no qual se efetuou o empréstimo, mas que tal requisição foi negada.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 491/500).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 565/569, requerendo o desprovimento do agravo em recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Inicialmente, apresenta-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022, do CPC/15 se faz de forma genérica, não havendo a demonstração clara dos pontos do acórdão que se apresentam omissos, contraditórios ou obscuros. Aplica-se, assim, o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. É inviável a análise de teses alegadas apenas nas razões do regimental por se tratar de evidente inovação recursal.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 578.636/RS, **Terceira Turma**, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, julgado em 10/03/2015, DJe 16/03/2015 - grifou-se)

Quanto ao mérito, verifica-se que a controvérsia cinge-se a analisar a ocorrência de cerceamento do direito de produção de provas relativas a um empréstimo que, segundo a agravante, teria sido utilizado exclusivamente para os interesses do agravado. Analisando tal aspecto, o Tribunal *a quo*, de forma minuciosa, e com base no contexto fático-probatório dos autos, assim consignou (e-STJ fls. 436/437):

“Com efeito, o empréstimo foi contraído quando o casal ainda coabitava, não havendo provas de que foi utilizado em benefício de apenas um dos cônjuges, ou de que tenha sido motivo de cobrança em ação monitória contra o genitor da autora (fls. 118/119). Ressalta-se que na petição inicial a autora ‘...reconhece que possui um empréstimo bancário, cujas parcelas são descontadas da folha de pagamento do réu, cujo término se dará em dezembro de 2013, com - prometendo-se a genitora a suportar integralmente os alimentos da fi - lha, até o término do empréstimo.’ O réu, por sua vez, não conseguiu comprovar que o empréstimo foi utilizado em benefício único da autora, alegando, d e forma contro - versa, ora que o valor foi utilizado integralmente para quitar a casa onde reside a autora, conforme consta em, sua reconvenção, e ora que o valor foi utilizado na clínica da autora, conforme cons - ta em seu recurso adesivo. Portanto, ante a ausência de comprovação do aproveitamento exclusivo de um dos cônjuges, e uma vez que as dívidas contraídas na constância do casamento presumem-se em favor do casal, nos termos do artigo 1663, parágrafo 1º do Código Civil, a r. sentença recorrida não merece qualquer reparo.

Nota-se que acolher as pretensões da Agravante implica inexorável incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, consoante o teor da Súmula nº 07/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CÔNJUGE. EMBARGOS

Superior Tribunal de Justiça

DE TERCEIRO. MEAÇÃO. LEGITIMIDADE. DÍVIDA. BENEFÍCIO DA FAMÍLIA. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O cônjuge só será parte legítima para opor embargos de terceiro quando não tiver assumido juntamente com seu consorte a dívida executada, caso em que, figurando no polo passivo do processo de execução como corresponsável pelo débito, não lhe é legítimo pretender eximir seu patrimônio como "terceiro". Precedente da Corte Especial do STJ.

2. "Tratando-se de dívida contraída por um dos cônjuges, a regra geral é a de que cabe ao meeiro o ônus da prova de que a dívida não beneficiou a família, haja vista a solidariedade entre o casal" (AgRg no AREsp n. 427.980/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/2/2014, DJe 25/2/2014).

3. Na espécie, o acórdão proferido na origem consignou que o autor não conseguiu afastar a presunção de corresponsabilidade pela dívida cobrada, declarando sua ilegitimidade para opor embargos de terceiros. Para se alterar o desfecho conferido ao processo, seria necessário reexaminar a prova dos autos, o que é inviável em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 790.350/ES, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 06/04/2017, DJe 18/04/2017 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA.

UNIÃO ESTÁVEL. DISSOLUÇÃO. PARTILHA DE BENS. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL DURANTE A CONVIVÊNCIA. RECURSOS EXCLUSIVOS DE UMA DAS PARTES. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n.7 do STJ).

2. No caso, o Tribunal de origem concluiu que o imóvel em questão foi adquirido na constância da união estável e que os documentos apresentados pelo autor não são suficientes para demonstrar que a compra se efetivou por seu exclusivo esforço. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, vedado em recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp 1683573 / PR; **Ministro Antonio Carlos Ferreira; Quarta Turma**; Julgamento 24/04/2018; Dje 02/05/2018 - grifou-se)

Cabe ressaltar que mesmo o recurso interposto com base no dissídio jurisprudencial, deve a recorrente indicar o dispositivo aplicado de forma distinta entre tribunais, sob pena de fazer incidir o óbice da Súmula 284/STF (AgRg no AREsp 91186/RJ, QUARTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 18/06/2014 e RCD no REsp 1187984/PI, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 18/06/2014).

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator